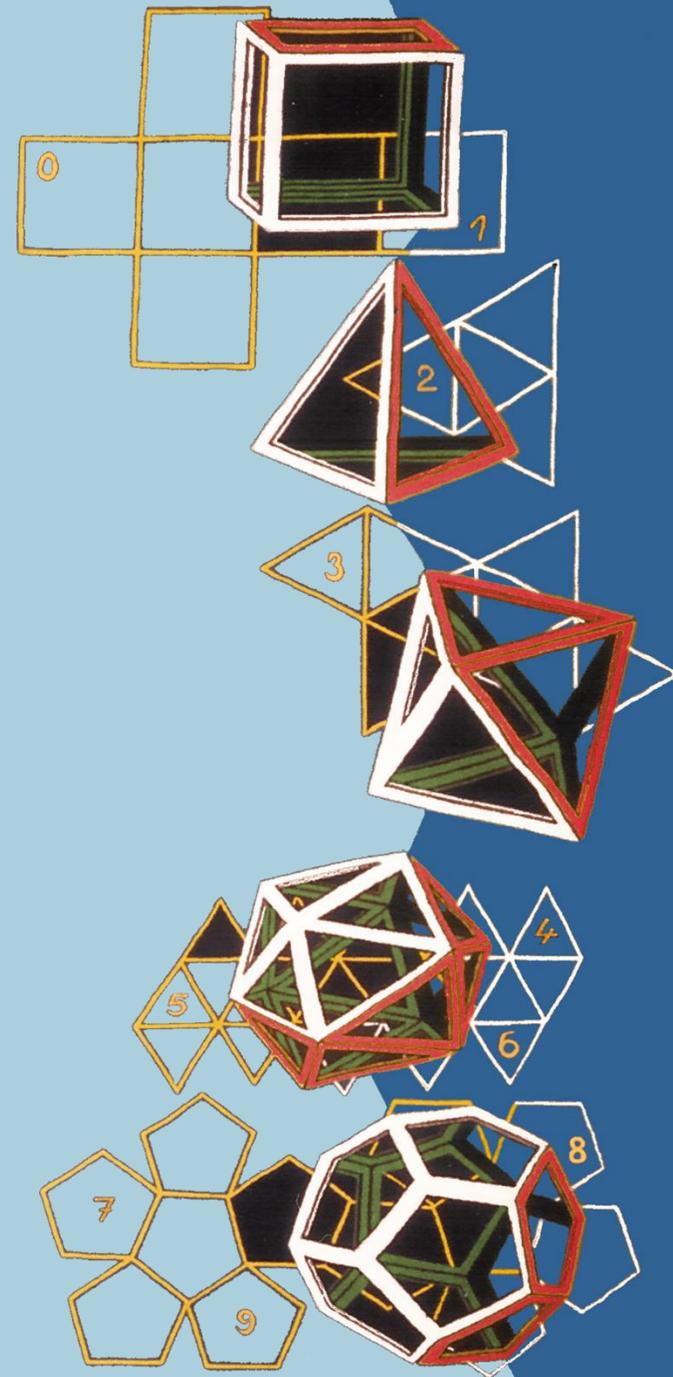


RELEVÂNCIA E EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO FINANCEIRA NO SÉCULO XXI

CICLO DE SEMINÁRIOS
Outubro 2017 – Maio 2018



Tribunal de Contas

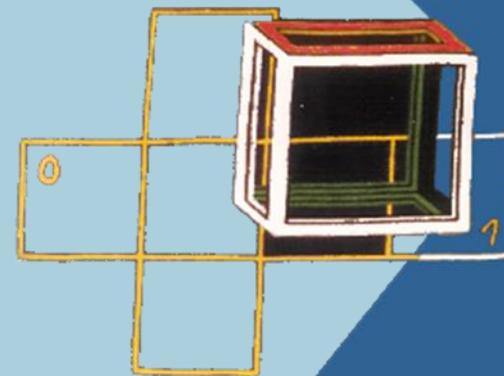


RELEVÂNCIA E EFETIVIDADE
DA JURISDIÇÃO FINANCEIRA
NO SÉCULO XXI

CICLO DE SEMINÁRIOS
Outubro 2017 – Maio 2018



Tribunal de Contas



A responsabilidade financeira apurada pelo Tribunal de Contas: dados

Conselheiro José Mouraz Lopes

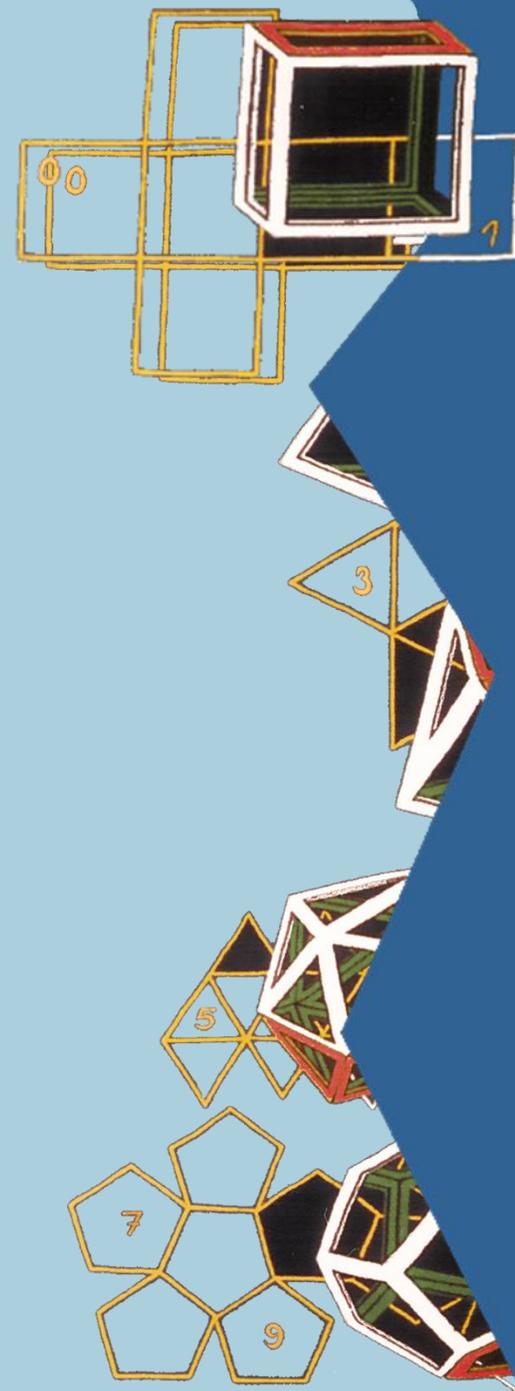


Tribunal de Contas – Sede

Período 2012 a 2016 (5 anos)

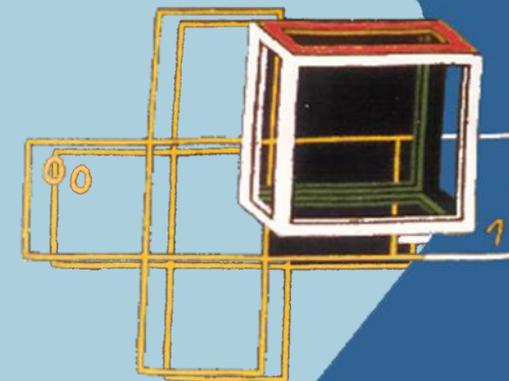
Dados a apresentar:

- Relatórios Aprovados (infrações financeiras)
- Atividade do Ministério Público
- Relatórios de Órgãos de Controlo Interno
- Processos de Julgamento de Responsabilidade Financeira e Julgamento de Contas
- Recursos
- Processos Autónomos de Multa
- Multas e Reintegrações





Relatórios aprovados Tribunal de Contas



Tipo de Relatório	2012	2013	2014	2015	2016	Total
aprovado sem infrações	5	3	4	5	6	23
Relatório de Auditoria	2		1	1	1	5
Relatório de Auditoria (ARF)	3	3	3	4	5	18
aprovado com infrações	8	12	5	11	8	44
Relatório de Auditoria	2	2	1	1	1	7
Relatório de Auditoria (ARF)	6	10	4	10	7	37
Total:	13	15	9	16	14	67

1ª Secção

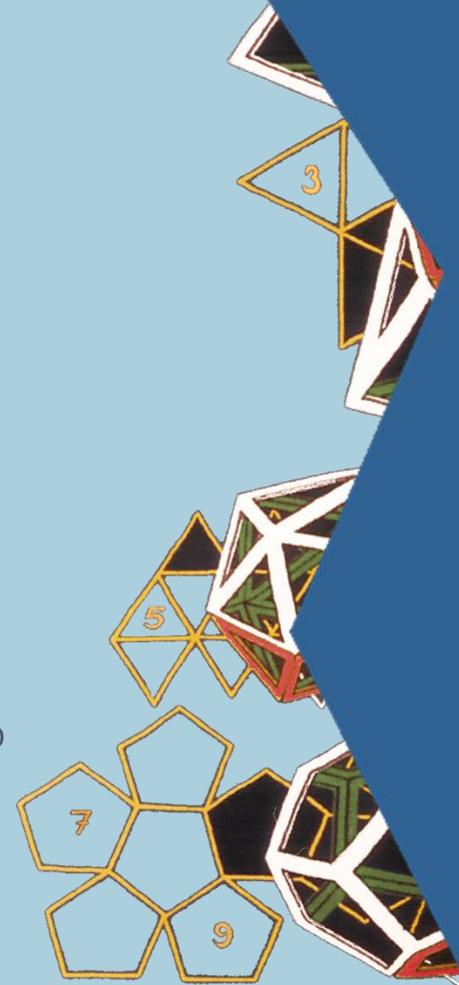
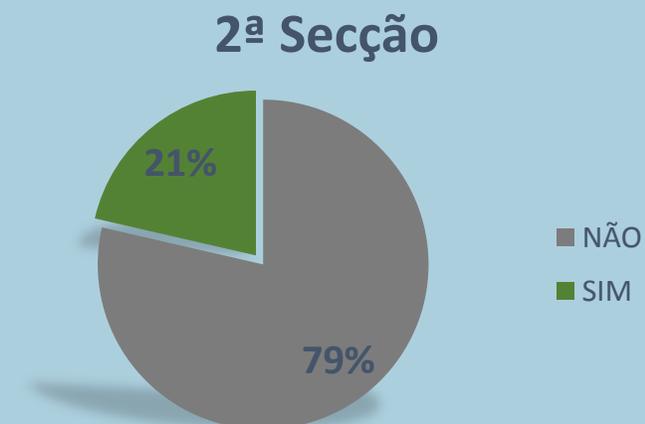
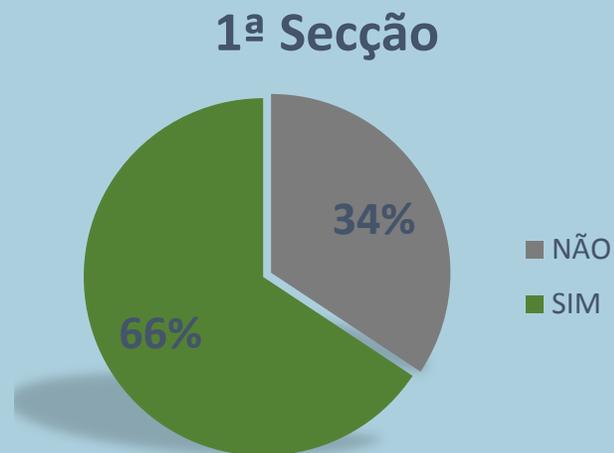
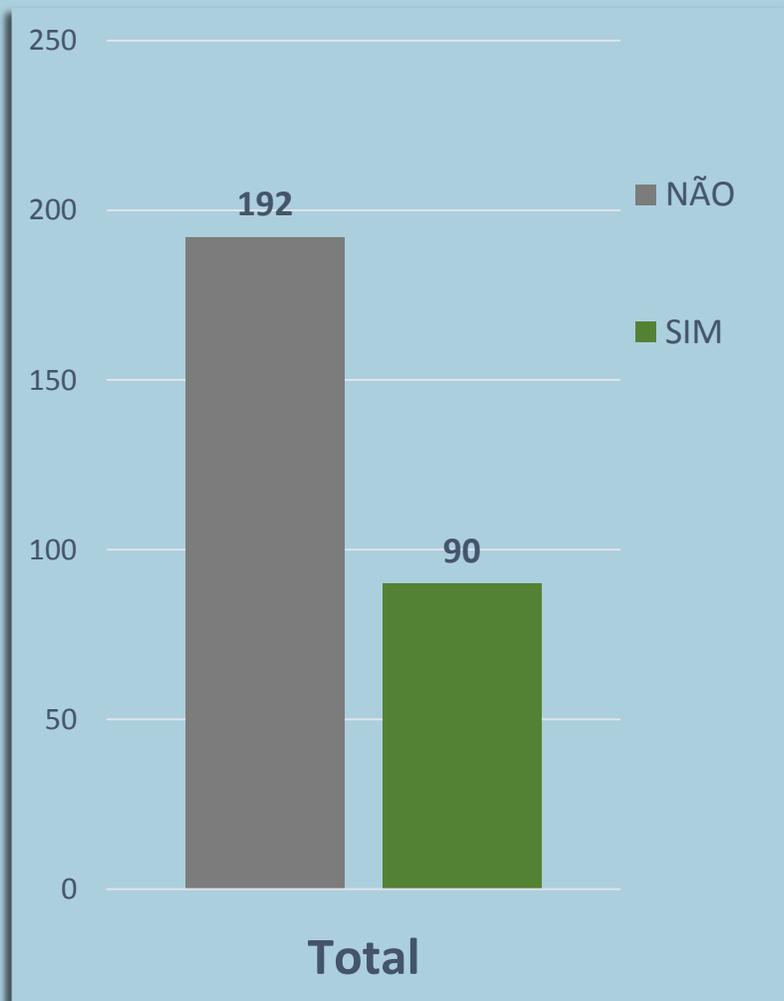
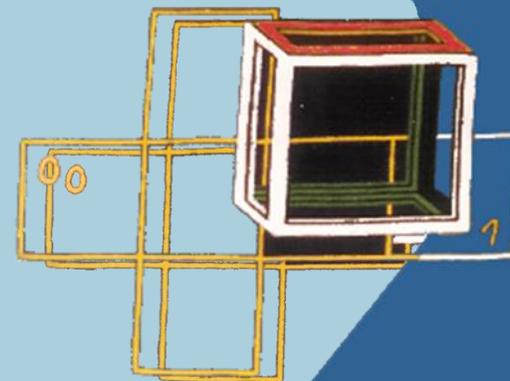
Tipo de Relatório	2012	2013	2014	2015	2016	Total
aprovado sem infrações	39	29	30	39	32	169
Relatório de Acompanhamento Execução	6	4	4	4	4	22
Relatório de Auditoria	29	21	22	28	21	121
Verificação Externa de Contas	1	2	3	4	4	14
Verificação Interna de Contas	3	2	1	3	3	12
aprovado com infrações	18	11	6	3	8	46
Relatório de Auditoria	14	10	6	3	5	38
Verificação Externa de Contas					1	1
Verificação Interna de Contas	4	1			2	7
Total:	57	40	36	42	40	215

2ª Secção





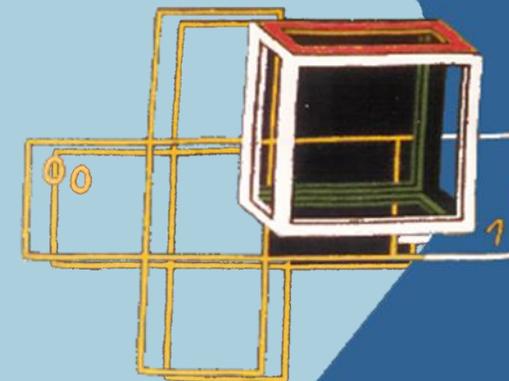
Relatórios aprovados com e sem infrações evidenciadas





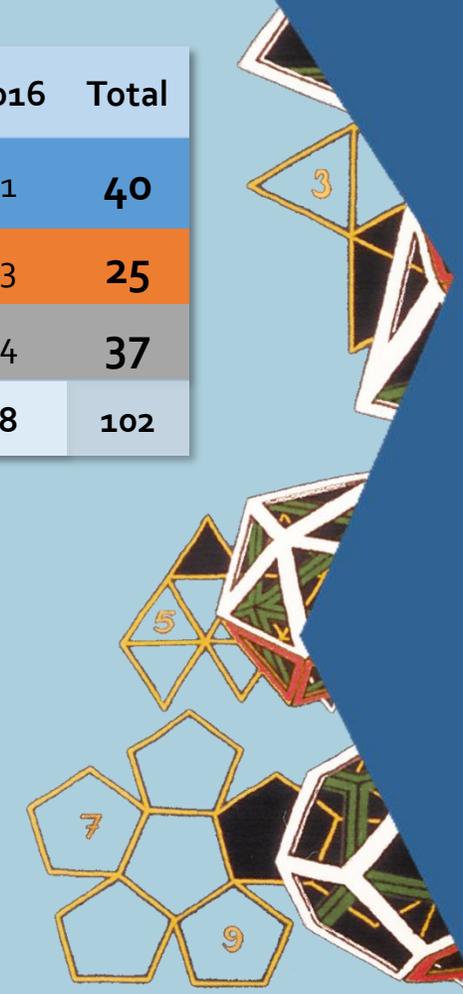
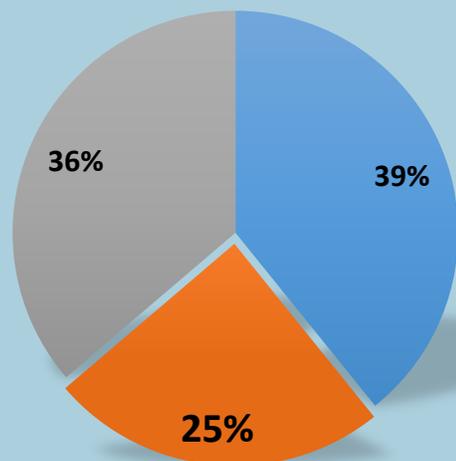
Decisões do MP

relatórios com infracções financeiras



Despacho do Ministério Público	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Extinção responsabilidade por pagamento voluntário	13	15	5	6	1	40
Não requer procedimento jurisdicional	8	6	2	6	3	25
Requer procedimento jurisdicional	8	11	7	7	4	37
Total:	29	32	14	19	8	102

Percentagem

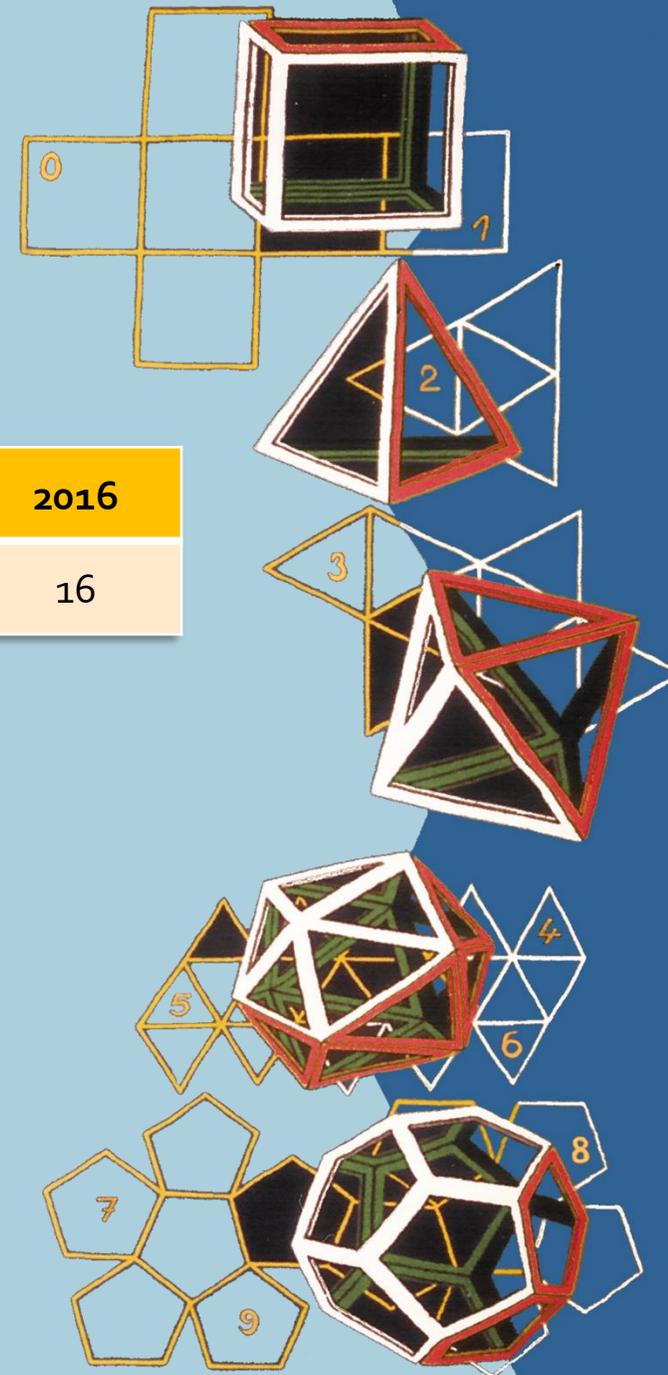
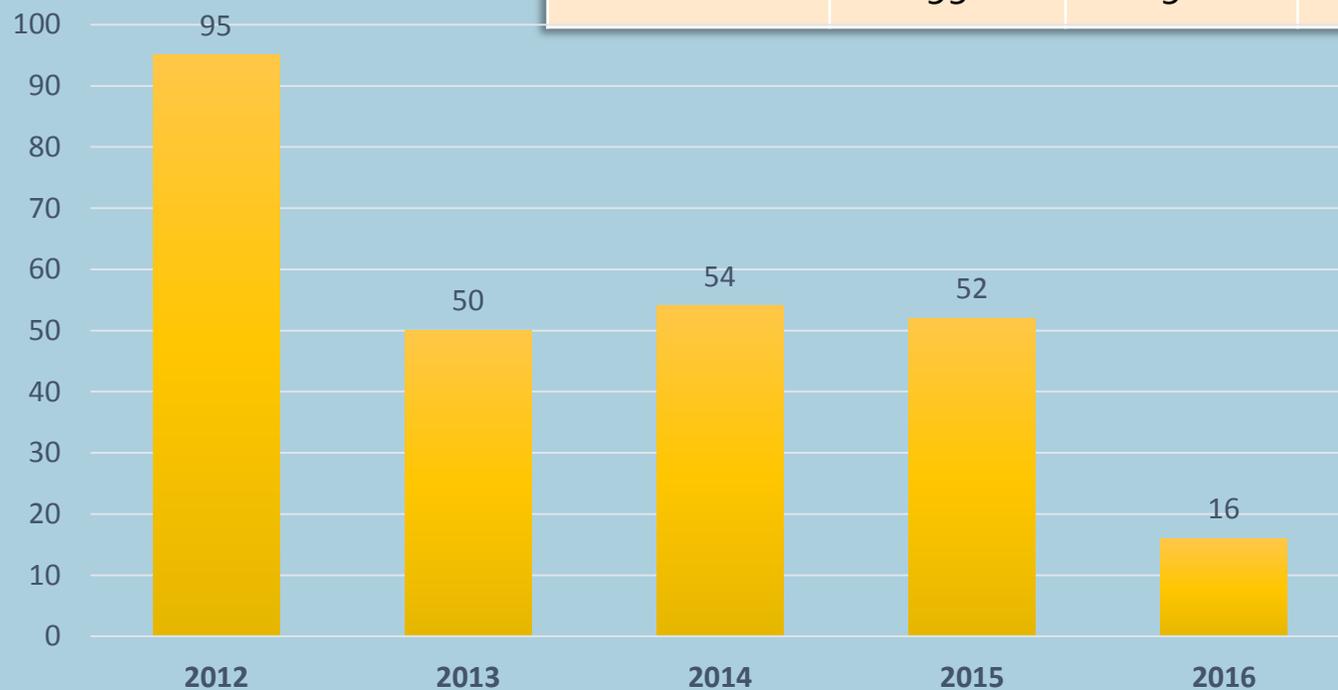




Relatórios de Órgãos de Controlo Interno

- remetidos ao TC -

Anos	2012	2013	2014	2015	2016
Remetidos	95	50	54	52	16

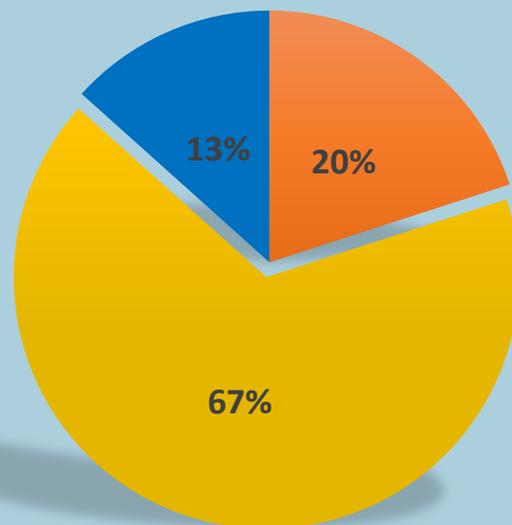


Decisões do MP

- relatórios de OCI -

Decisões do MP – Relatórios OCI	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Extinção responsabilidade por pagamento voluntário	8	11	11	6	6	42
Não requer procedimento jurisdicional	18	43	39	29	45	174
Requer procedimento jurisdicional	2	8	8	6	4	28
Total	28	62	58	41	55	244

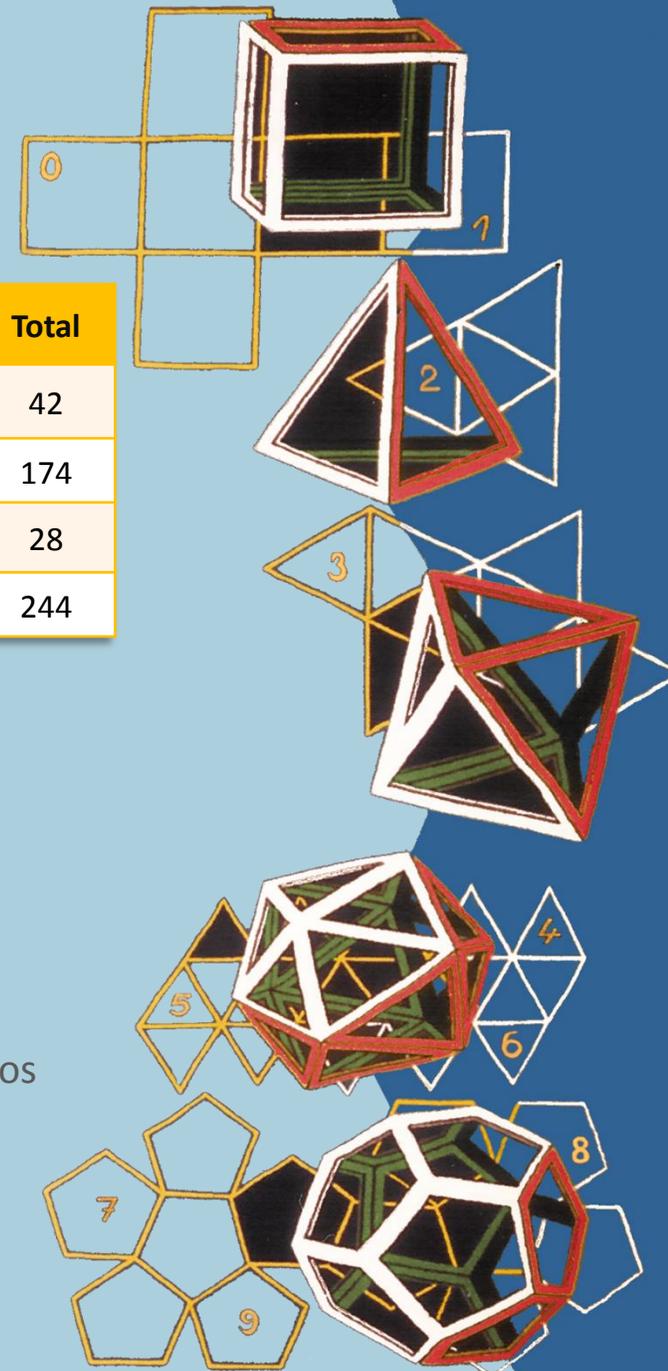
Percentagem



■ Extinção responsabilidade por pagamento voluntário

■ Não requer procedimento jurisdicional (Também contabiliza os relatórios sem infrações)

■ Requer procedimento jurisdicional

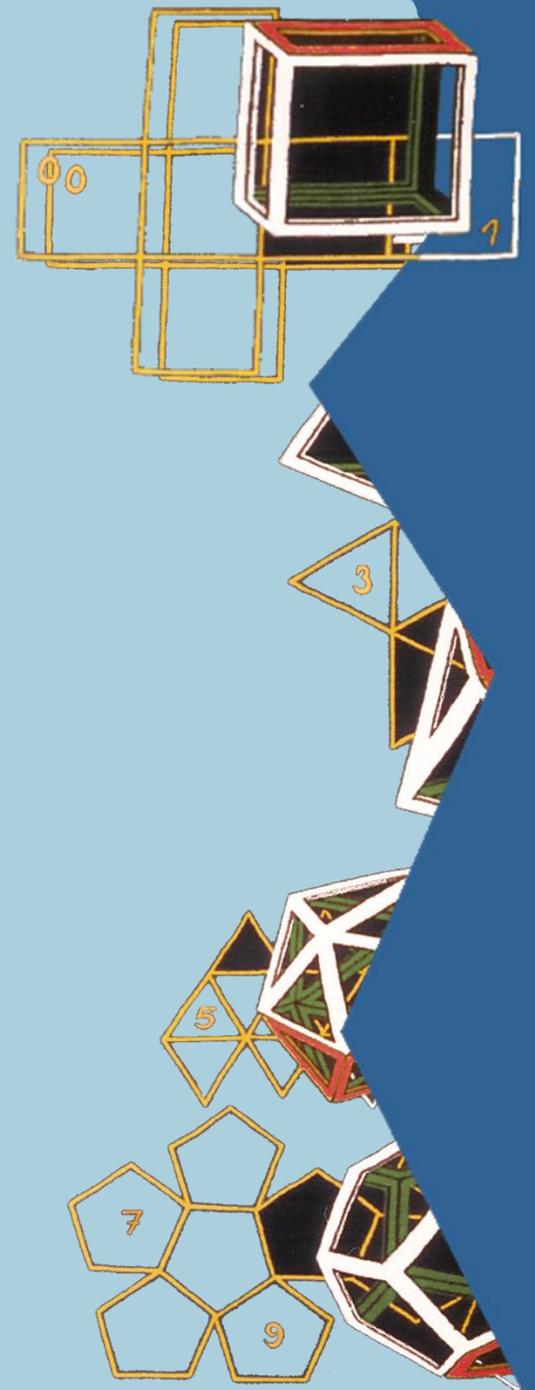




Decisões do MP relatórios com infracções financeiras

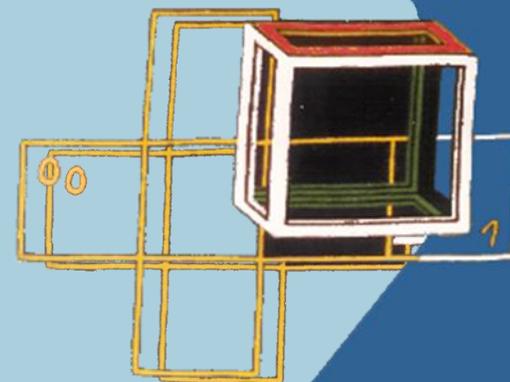
O Ministério Público não requer procedimento:

- Falta de requisitos legais;
- Diferente qualificação jurídica da efectuada no relatório
- Quando não se verifica o elemento subjectivo da infracção (culpa)
- Prescrição do procedimento
- Alterações legislativas posteriores

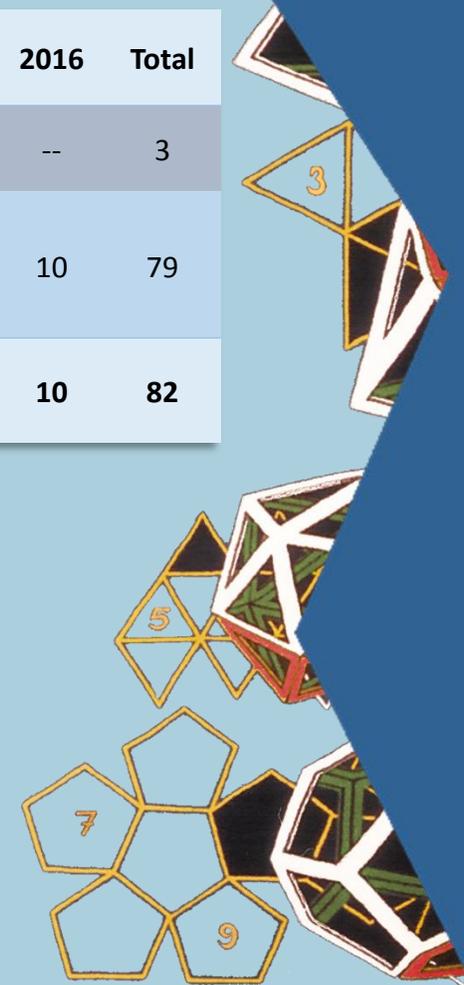




Julgamento de Responsabilidade Financeira - 3ª Secção

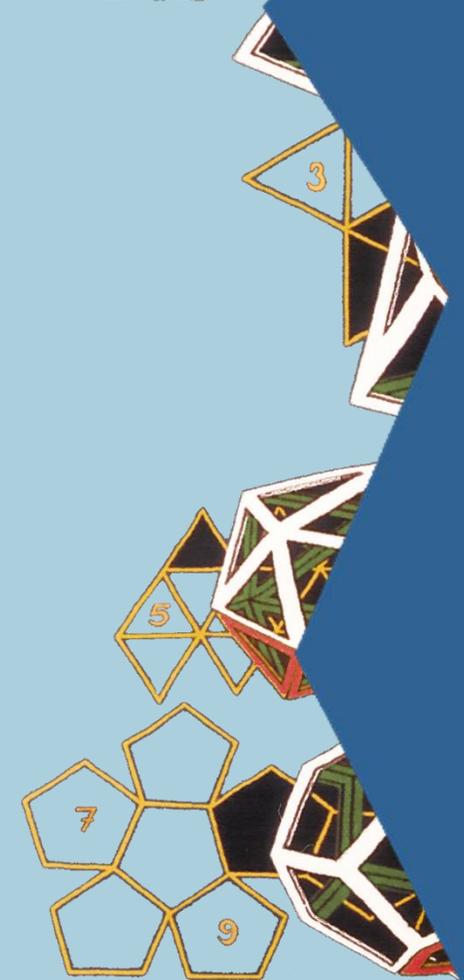
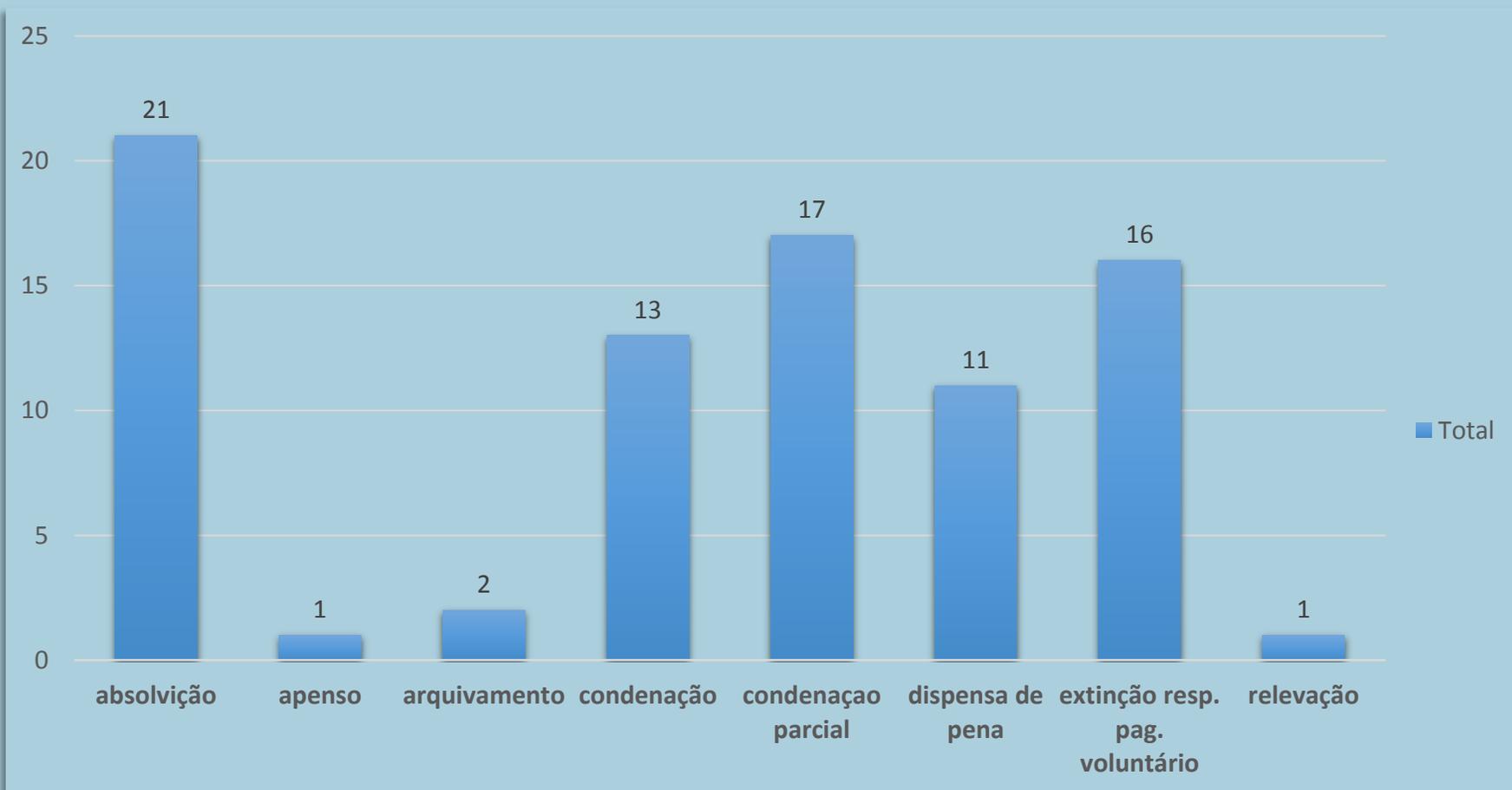
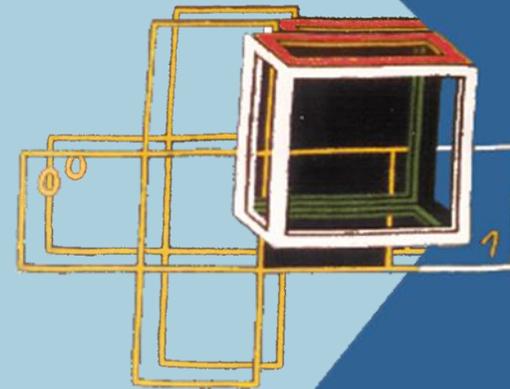


Forma de processo	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Julgamento Contas	--	--	2	1	--	3
Julgamento Responsabilidade Financeira	17	15	20	17	10	79
Total :	17	15	22	18	10	82



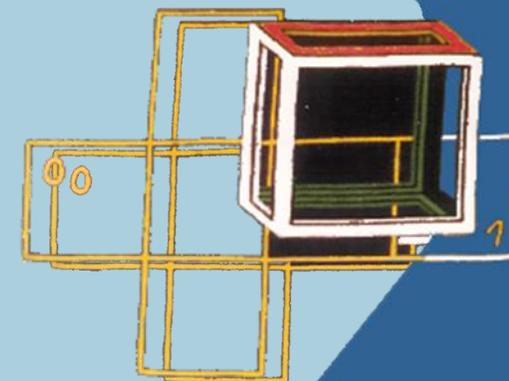


Julgamento de Responsabilidade Financeira - 3ª Secção





Recursos – 3ª Secção

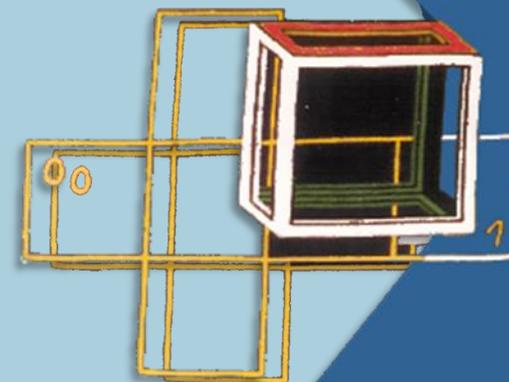


Forma de processo	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Recurso Ordinário	1	--	--	--	--	1
Recurso Ordinário 3ªS - JC	1	1	2	1	1	6
Recurso Ordinário 3ªS - JRF	2	10	13	9	16	50
Recurso Ordinário Emolumentos	2	--	1	--	--	3
Recurso Ordinário Multa	13	11	11	19	8	62
Total:	19	22	27	29	25	122

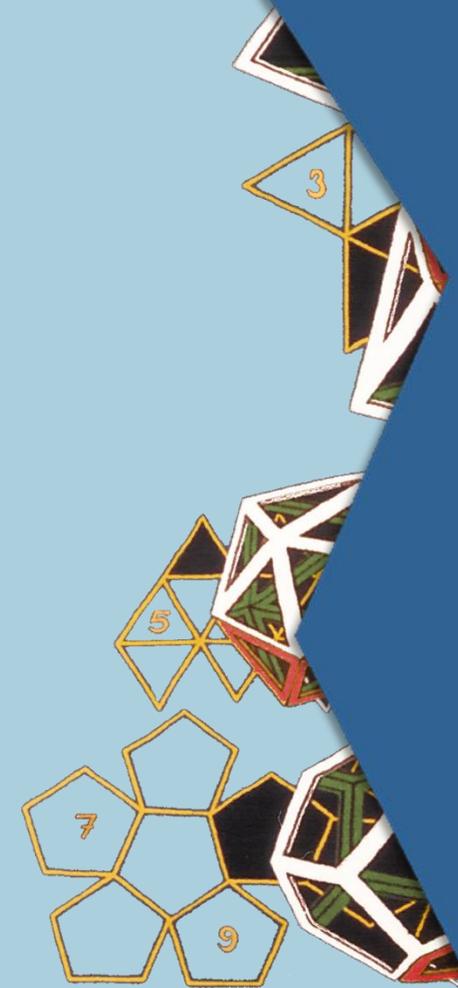
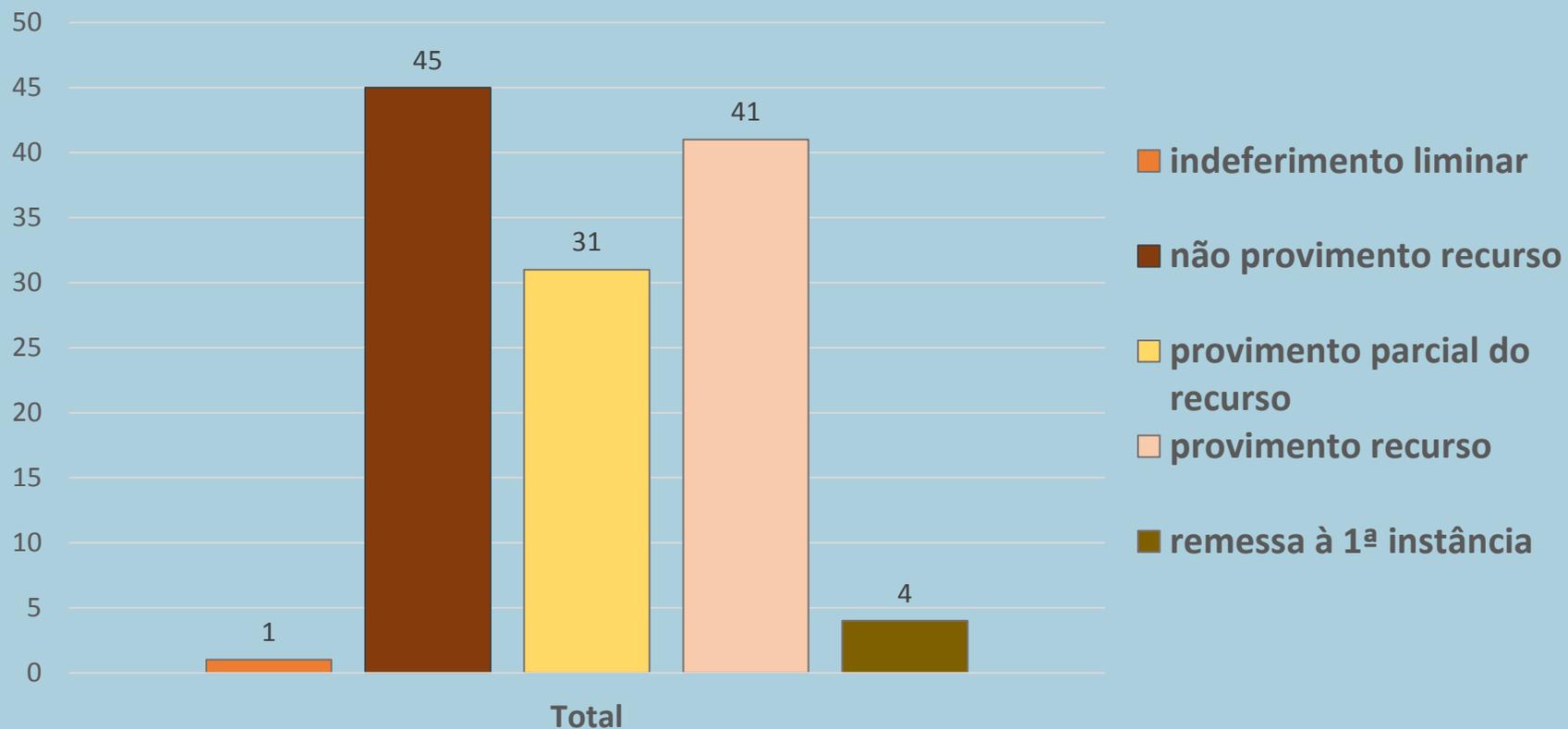




Recursos – 3ª Secção



Total recursos decididos





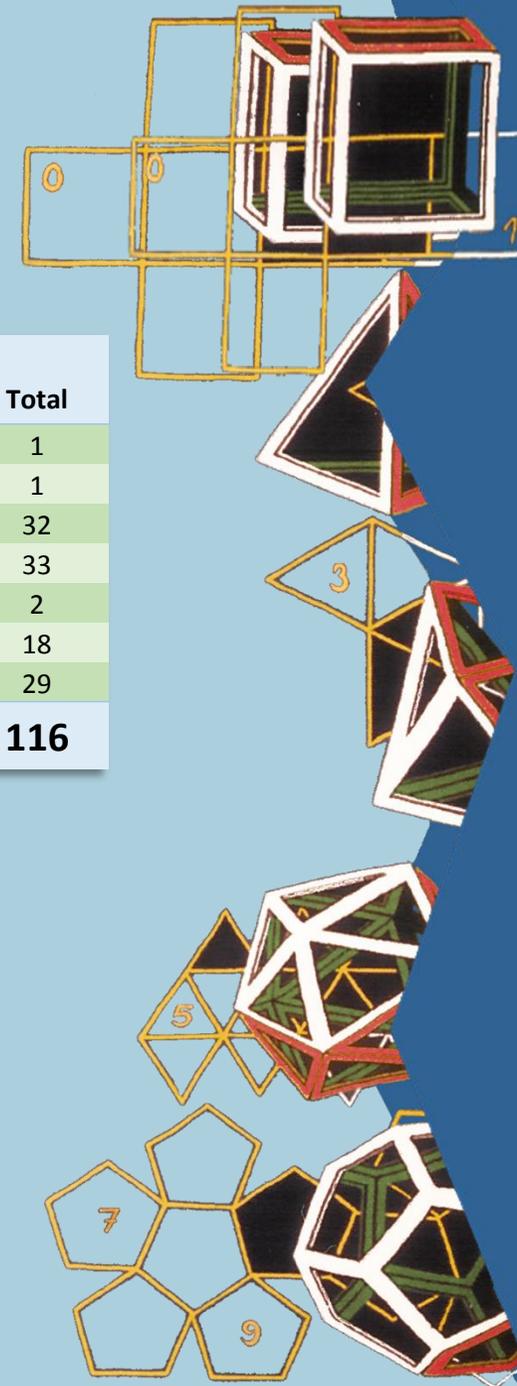
Processos Autónomos de Multa Art.º 66.º LOPTC

1ª Secção

Decisão	2012	2013	2014	2015	2016	Total
absolvição			1			1
apenso			1			1
arquivamento	12	8	1	5	6	32
condenação	6	13	6	4	4	33
condenação/relevação		2				2
extinção resp. pag. voluntário	5	7	4	1	1	18
relevação	18	4	2	1	4	29
Total:	41	34	15	11	15	116

Decisão	2013	2014	2015	2016	Total
absolvição		3			3
arquivamento	1	1	1		3
arquivamento/conta entregue	23	19	8	1	51
condenação	25	5	10	2	42
condenação parcial			1		1
condenação/pag. voluntário			1	1	2
dispensa de pena				1	1
dispensa de pena/conta entregue	24	26	1		51
extinção resp. pag. voluntário	5	5	5	5	20
relevação/conta entregue			7		7
Total:	78	59	34	10	181

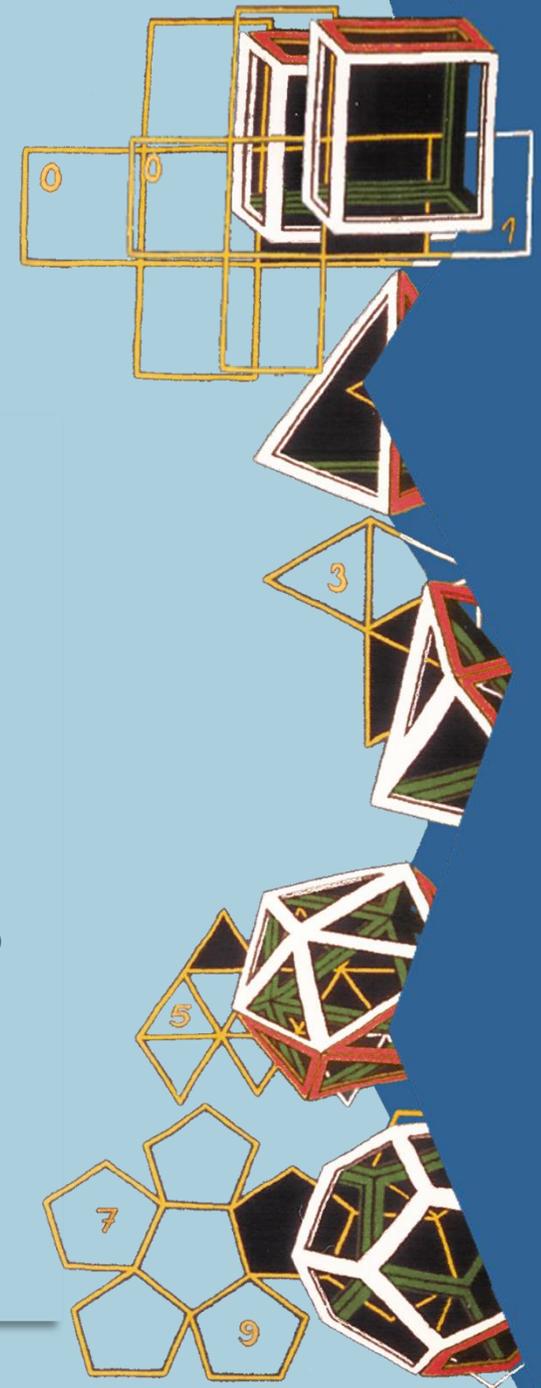
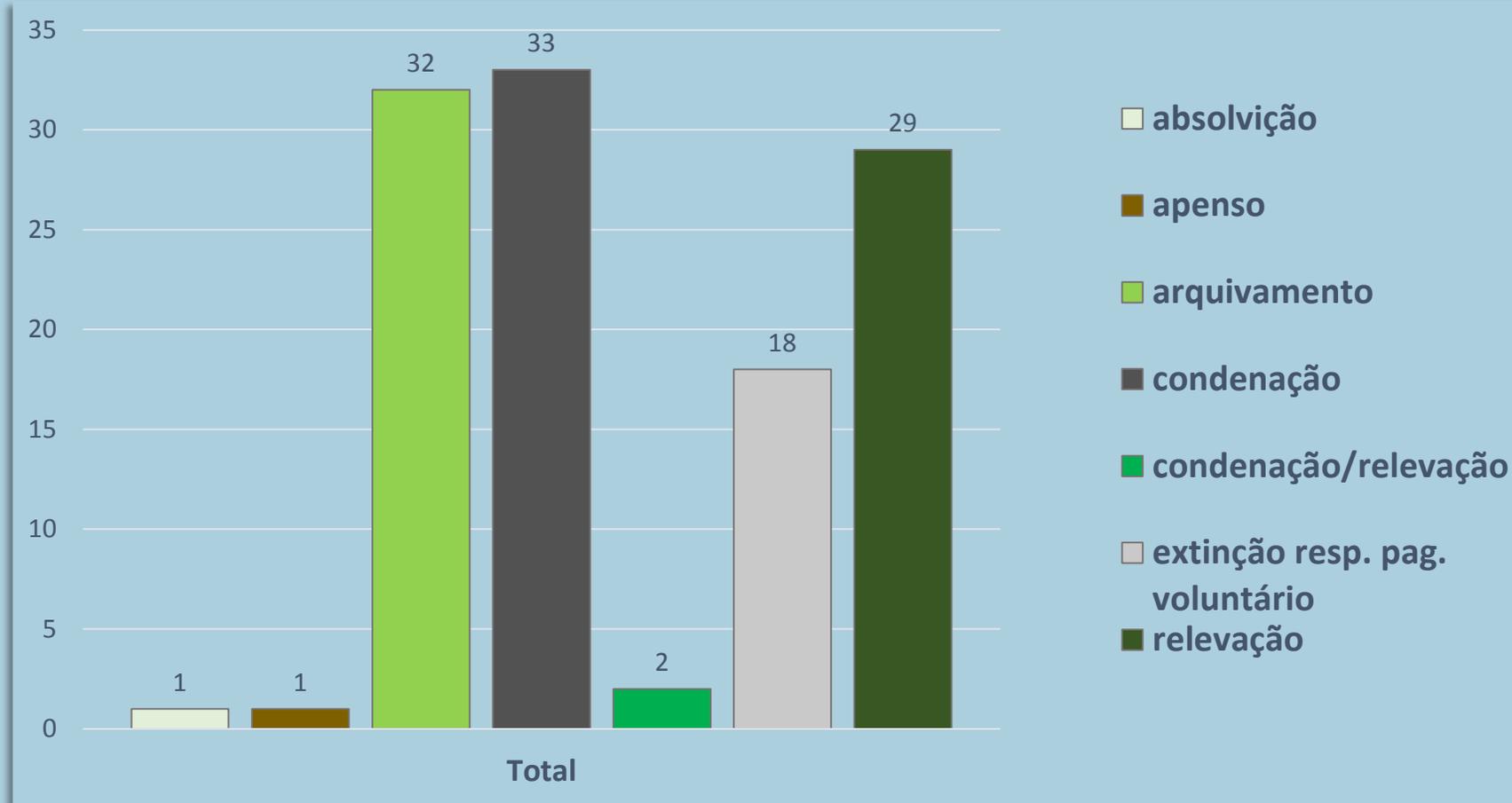
2ª Secção





Processos Autónomos de Multa 1ª Secção

(remessa intempestiva de contratos adicionais)

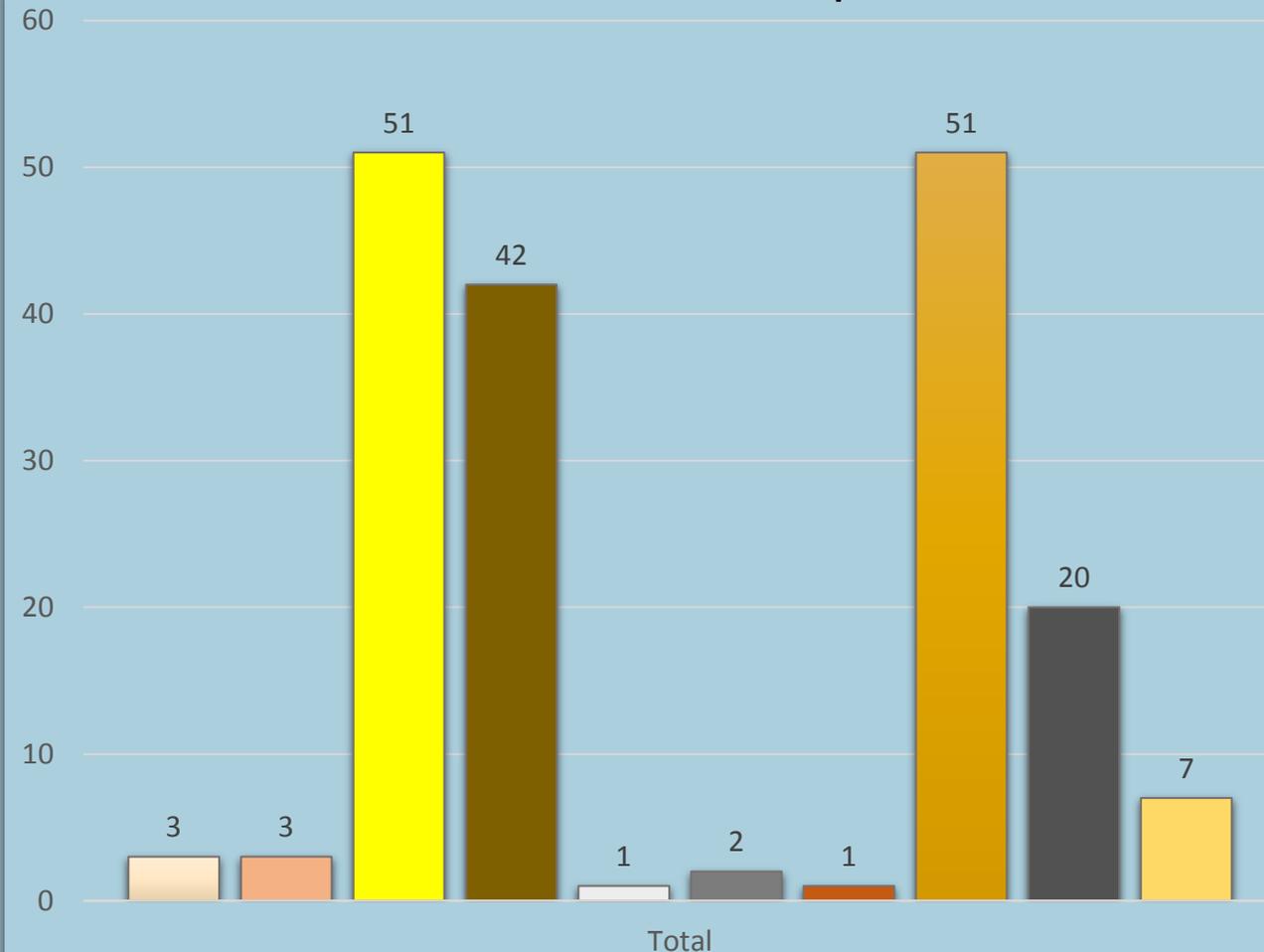




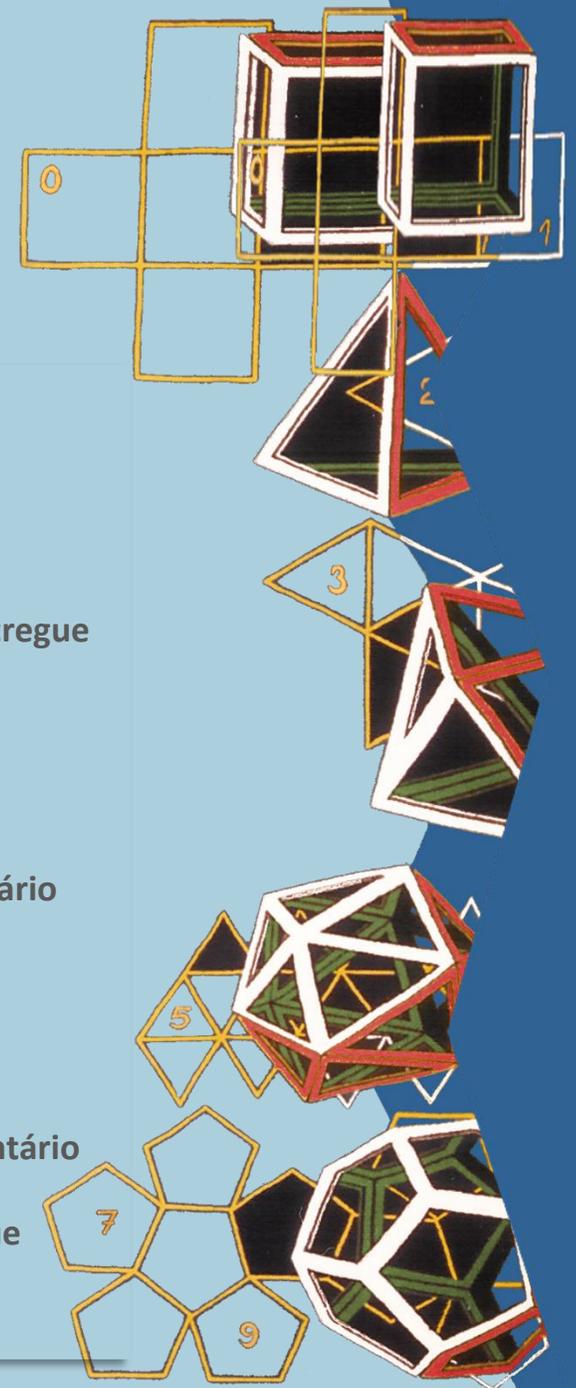
Processos Autónomos de Multa

2ª Secção

(remessa intempestiva e não remessa de contas)

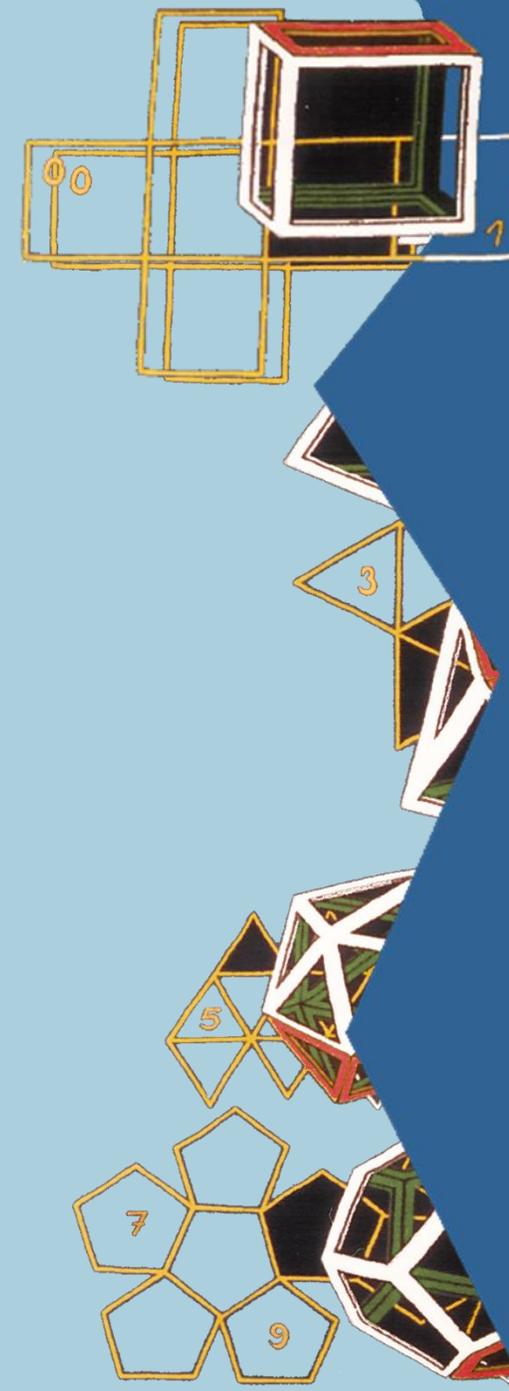


- absolução
- arquivamento
- arquivamento/conta entregue
- condenação
- condenação parcial
- condenação/pag. voluntário
- dispensa de pena
- dispensa de pena/conta entregue
- extinção resp. pag. voluntário
- relevação/conta entregue





Multas e Reintegrações 2012-2016



- Valor total de multas pagas:

1.026.073 €

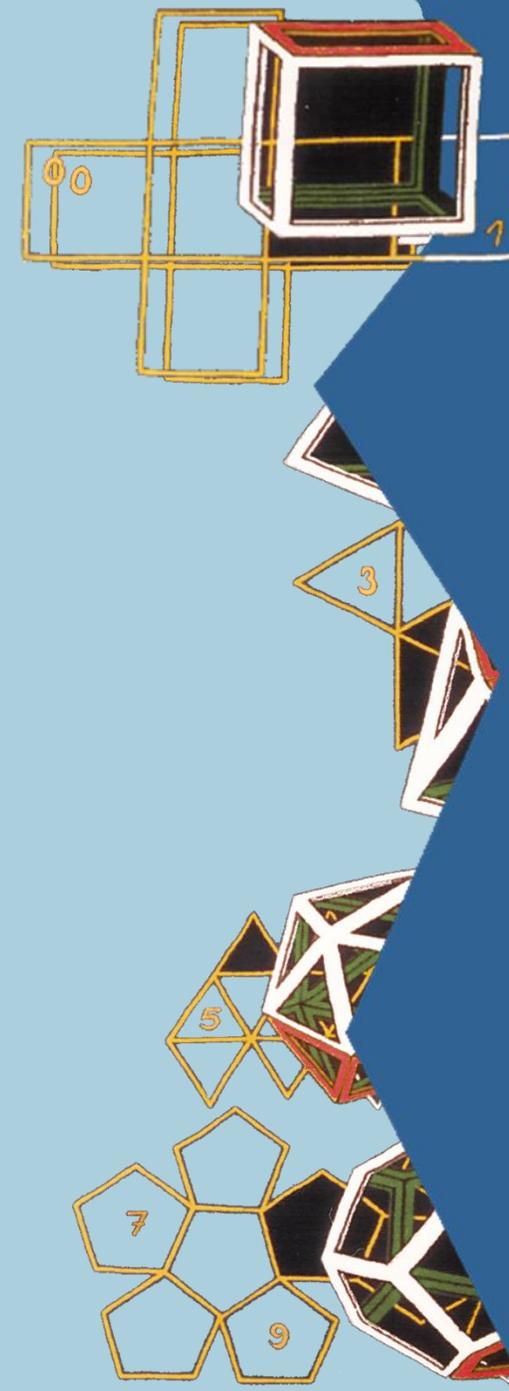
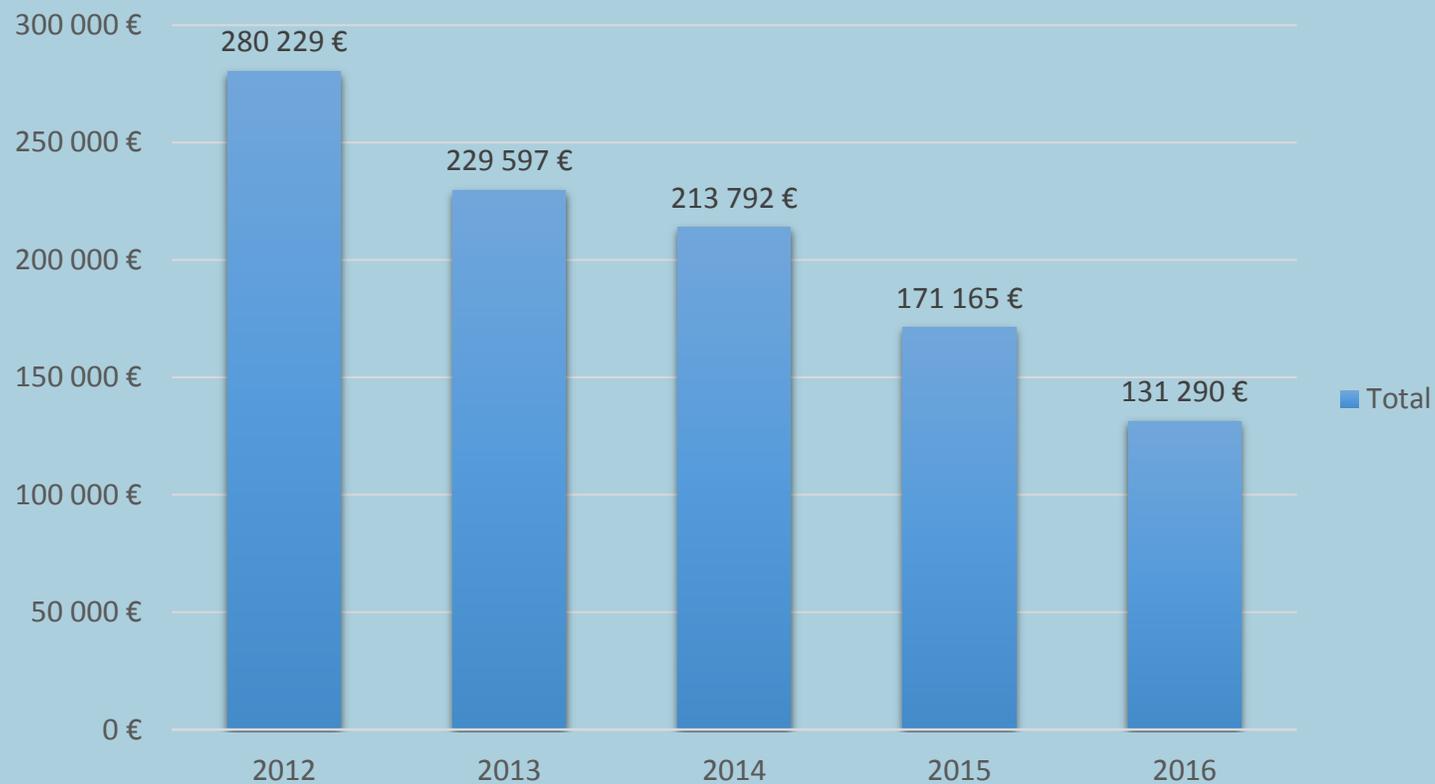
- Valor total de reintegrações efectuadas (3ª Secção):

470.025 €



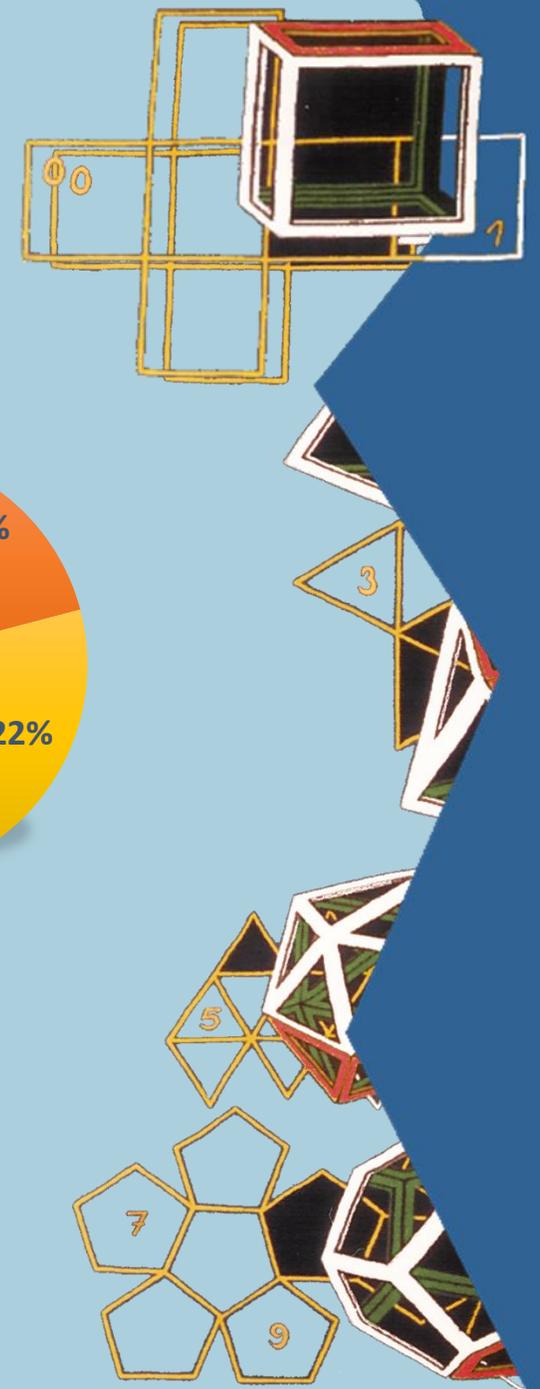
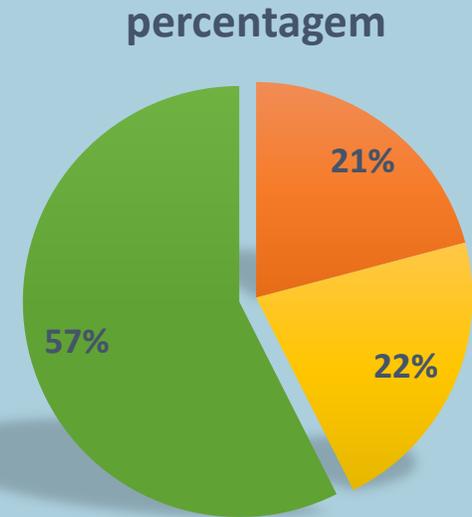
Multas pagas 2012-2016

Multas pagas



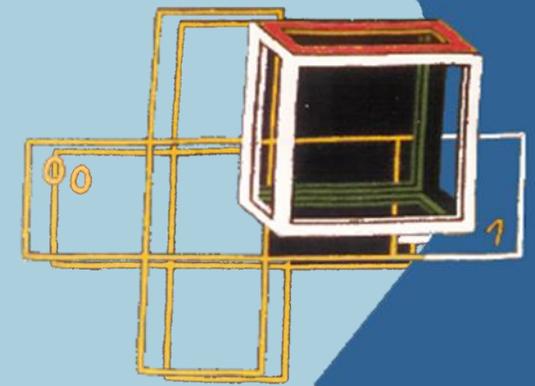


Multas pagas - razão de pagamento -





Reintegrações 2012-2016



Totais Anuais



Ano	Nº de guia	valor pago
2012	4	13 896 €
2013	7	94 343 €
2014	35	109 691 €
2015	5	9 941 €
2016	10	242 154 €
Total:	61	470 025 €

